

## EDUCAÇÃO ESCOLAR E CLASSES POPULARES\*

GUIOMAR NAMO DE MELLO\*\*

*Nem redentora dos pobres, nem mero aparelho reprodutor das desigualdades, a educação escolar tem uma importância específica, embora não absoluta, para as camadas populares.*

Existe razoável consenso entre os educadores de que a escola, para estar a serviço dos interesses populares majoritários, deve ser democrática. Mas o consenso não vai muito além desse ponto, pois, a partir dele, muitas questões se colocam cujas respostas ainda são objeto de disputa.

O que seria uma escola democrática em contextos sociais como os nossos? Como concebê-la e realizá-la, já que, por um lado, a escola democrática ideal dependerá da democratização do Estado e da sociedade como um todo e, de outro, a democratização desse todo não pode prescindir da educação em geral, aí incluída a escolar?

Para sair desse círculo, só há um caminho: "Partir das condições atuais", isto é, entender o que a escola exis-

tente é, para procurar captar o seu movimento possível. É preciso pensar a escola como um dos espaços da sociedade, isto é, como parte integrante de uma totalidade que é dinâmica. O movimento existe na escola, porque existe na sociedade. O que produz?

As formações sociais possuem um movimento interno porque elas são constituídas não de "indivíduos" nem de "coisas", mas de relações entre pessoas que fazem parte de grupos sociais distintos, às vezes antagônicos, como são as classes sociais em sociedades do tipo da nossa.

São as relações entre as classes que efetuam a dinâmica de nossa sociedade, isto é, são relações de contradição. Este movimento, a contradição, existe também na escola. É preciso saber como ela se manifesta aqui, e tentar captar sua direção.

Quando nos propomos refletir sobre a escola que existe, significa que essa escola, como a sociedade que a inclui, não é algo já dado e acabado e, sim, o produto de relações sociais, o produto da prática social de grupos e de classes. Por isso mesmo, ela pode ser transformada. Resta saber o grau, a natureza e a direção dessa transformação possível da escola.

Em outras palavras, trata-se de perceber com clareza qual o papel da educação escolar no conjunto dos demais processos de transformação social, um papel que é específico, mas não isolado, ou seja, articula-se às vezes organicamente, às vezes contraditoriamente — com a dinâmica de transformação da sociedade. Qual seria esse papel?

### O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A pergunta pode ser respondida com outra pergunta: o que define aquilo que é inerente à escola, senão o ensino, a transmissão de conhecimentos?

Partindo da premissa de que a transmissão do conhecimento é aquilo que recorta a especificidade da escola, podemos dimensionar com mais clareza o valor que o ensino formal pode ter para as classes populares. Mas, para isso, é necessária uma revisão teórica que supere e incorpore os modelos que nos têm permitido entender o que a escola é, mas nos causam certo imobilismo, quando queremos prever e propor o que ela pode ser e deve ser. Uma revisão que forneça elementos para evitarmos os desvios que nos levam:

- ou a nada esperar da escola, pelo fato de ser ela totalmente determinada pelas relações de produção dominantes;
- ou esperar dela um tipo de ação revolucionária e transformadora que ela não tem condições de realizar, no âmbito das sociedades de classes.

Os educadores liberais deste século realizaram esforços consideráveis pela democratização da escola. Entenderam que esta democratização se condicionaria à gigantesca

\* Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 1983. Folhetim p. 8-9.

\*\* Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; professora da PUC-SP; pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

e irrealizável tarefa de "formação integral" do educando e de "preparação para a vida", que, genericamente, significa preparação para tudo. . . Na realidade, preparação para nada, pois a função precípua de ensinar acabou diluindo-se numa proposta tão ambiciosa quanto inexecutável e, portanto, ideologicamente útil às forças às quais não interessava a democratização do conhecimento escolar. Não me vou deter neste equívoco, por considerá-lo historicamente superado.

Desiludido da escola, já que ela não conseguiu cumprir tão nobre tarefa, o pensamento educacional encontrou, nas teorias crítico-reprodutivistas da escola, uma explicação apaziguadora das suas inquietudes. A "formação integral" do educando foi desmascarada como objetivo ideológico e o real papel da escola se revelou: a reprodução das relações de produção.

Se na visão liberal moderna, de tônica fortemente psicologista, o conhecimento não tinha valor porque o importante seria o "processo", o "método de trabalho", e não o conteúdo, agora, na visão sociologista crítica, o conhecimento se transforma no próprio instrumento de dominação, porque arbitrário e apenas a serviço dos interesses dominantes.

Separando a instância cultural das relações de produção, essas teorias não levaram em conta que a produção do conhecimento se dá na relação entre as classes sociais, e se fundamenta na divisão de trabalho entre elas. Ou seja, a produção do conhecimento tem por base a expropriação do trabalho. No momento em que o conhecimento se constitui, interessa aos dominadores apresentá-lo e mantê-lo como propriedade e privilégio seus, mas, na realidade, ele é patrimônio coletivo da sociedade. Reapropriar-se dele constitui, nesse sentido, uma forma de luta legítima dos interesses populares.

Mais recentemente, na busca de superar tais impasses teóricos e práticos, a denúncia do papel reprodutor da educação tem sido acompanhada de propostas alternativas para a ação escolar. Trata-se, então, de burlar a vigilância burguesa sobre a escola, construindo sub-repticiamente dentro dela a "ideologia proletária".

Voltamos, então, a um objetivo vago e genérico, substituindo a "formação integral" pela formação da "consciência revolucionária". Tarefa talvez mais gigantesca ainda, uma vez que há de ser feita à revelia do controle que a classe dominante, por ser dominante, consegue exercer sobre a escola. Nessa visão, o professor, para deixar de ser algoz a serviço da classe dominante, deve transvestir-se de agente do proselitismo partidário, caso contrário, nada pode fazer pelas camadas populares. E, em última instância, o conhecimento desapropriado pelo capital ao trabalho continua privilégio do primeiro.

No meu modo de entender, apenas por formalismo poderíamos propor, para que a escola deixasse de ser reprodutora, que ela se tornasse agência de formação revolu-

cionária. Não seria af que se poderia concretizar o potencial transformador da educação escolar.

As camadas populares aspiram a ela como forma de melhoria de vida, pela possibilidade que nela distinguem de obter melhor emprego e de participar da cultura letrada.

## O EX-ALGOZ A SERVIÇO DA CLASSE DOMINANTE

A melhoria de vida, a obtenção de emprego, a aquisição de bens materiais, aspirações para cuja obtenção a escola é importante, são um benefício concreto. Não configuram um projeto revolucionário, nem levam por si mesmas à negação da dominação. Mas constituem uma expressão individualmente negadora da origem de classe, cuja passagem para um projeto coletivo vai depender da participação de cada indivíduo nas demais instâncias da vida social, das quais as relações e organização do trabalho são as mais importantes. Como mediação, a escolaridade pode dar algumas pré-condições para essa participação, mas não a determina nem a direciona.

Nesse sentido, seria na sua eficiência em conseguir garantir, às camadas populares, a aquisição de conhecimentos que favoreçam sua inserção na dinâmica mais geral de mudança, que a escola cumpriria a parte que lhe cabe nessa mudança. Em termos muito simples, seria ensinando, e bem, a ler, escrever, calcular, falar, e transmitindo conhecimentos básicos do mundo físico e social que a educação escolar poderia ser útil às camadas populares. Não como promotora da igualdade, já que a sociedade é estruturalmente desigual. Nem como forma revolucionária, já que isso vai além do seu movimento possível nessa sociedade. Mas como estratégia de melhoria de vida e pré-requisito para a organização popular.

Isso pode ser muito, ou muito pouco, dependendo do ponto de vista do qual se avalia a importância da escola. Se tomarmos como referência a escola abstratamente ideal, diremos, com o idealismo liberal, que é muito pouco. Se partimos da escola existente, é muito, pois o conhecimento que ela deve — e pode — transmitir constitui um ponto de partida para uma visão mais crítica da sociedade que a mantém. Não é o único ponto de partida, talvez não seja o mais importante, mas é aquele que nos diz respeito específica e diretamente, como educadores que atuamos na instituição escolar.

Acredito que, se conseguirmos trabalhar mais nessa visão da escola, e ter maior clareza sobre seus limites e possibilidades, poderemos desempenhar papel importante como profissionais dentro do ensino formal. De um lado, trazendo as aspirações escolares das camadas populares em reivindicações precisas e objetivas, que mobilizem e que possam ser cobradas do poder público. De outro, buscando, no interior da escola, soluções técnico-pedagógicas adequadas às características e necessidades dos alunos das classes subalternas.

Essa atuação profissional não é "conspiração" contra a classe dominante, nem depende de "brechas" decorrentes de sua incompetência. É espaço de trabalho legítimo e específico do educador, já que aquela própria classe se propõe dar escola e coloca esta última como fundamental para a correção das desigualdades sociais. Seja como instrumento para sua hegemonia, seja como forma de preparar para o trabalho no mundo industrializado moderno, a classe dominante precisa também da escola e essa contradição há de ser explorada.

A contradição inerente à escola é, portanto, a de que ela precisa ser proclamada direito de todos, e, ao mesmo tempo, economicamente dosada para a maioria. É essa contradição que cria o espaço da ação escolar em benefício das camadas populares, isto é, de cobrar e buscar realizar, no limite, a proclamação do discurso dominante. Tal cobrança se explicita em dois momentos indissociáveis: na reivindicação política da população e na competência técnica da escola para realizar aquilo que se propõe.

Essa competência técnica não se identifica com o tecnicismo para o qual só importam os meios. Há um sentido político na forma competente de ensinar, porque não se está pretendendo ensinar a qualquer aluno, nem a um modelo abstrato de criança, mas a crianças concretas, isto é, aquelas sobre as quais o fracasso e a exclusão da escola incidem maciçamente.

Esse compromisso é que deveria orientar a busca de uma ação escolar competente, perpassando todos os aspectos da escola: de sua organização administrativa ao seu modelo didático-pedagógico, passando pela seleção e organização do conteúdo. Esse o desafio profissional que se coloca para a realização de uma escola que será democrática porque colocará sua competência técnica a serviço das necessidades populares. É um desafio considerável, num país que nem sequer conseguiu garantir a todas as suas crianças as habilidades mínimas da leitura e da escrita. Urge debater alternativas para fazer frente a essa tarefa.

## REDUNDÂNCIAS INÚTEIS

A escola democrática será aquela que conseguir interagir com as condições de vida e com as aspirações das camadas populares. É preciso, todavia, objetivar o que se entende por essa interação.

As classes populares buscam na escola aquilo que, diferentemente das classes privilegiadas, elas têm dificuldades de encontrar em outras instâncias. Nesse sentido, quem mais depende da escola para a aquisição de conhecimentos e habilidades intelectuais são os que não dispõem do "currículo oculto" que as condições materiais favoráveis podem oferecer.

Trazer a cultura popular para a escola, ou o trabalho para a escola, pode, nesse caso, ser apenas um modo mais "progressista" de tentar trazer a "vida" para a escola.

No meu modo de entender, as crianças da classe trabalhadora não precisam da escola para aprender sobre o trabalho. Ele faz parte das relações sociais de que elas são produto. Como não precisam da escola para aprender de novo, apenas de um modo um pouco mais sofisticado, aquilo que seu ambiente cultural de origem já lhes ensina. O respeito à criança não pode ser confundido com uma confirmação, romantizada, da sua cultura de origem.

Isso põe em questão as tentativas da classe dominante de adaptar o currículo escolar às crianças pobres aligeirando-o e facilitando-o, e questiona também tentativas supostamente revolucionárias de, separando mecanicamente o saber do dominado do saber do dominante, defender um currículo escolar totalmente aderente às concepções de mundo e práticas populares.

Sei que tais colocações são polêmicas e remetem ao terreno contraditório da distinção entre saber popular e saber erudito. Sei o quanto tem sido discutida a idéia da existência de um conhecimento universal, mas não consigo deixar de me perguntar se uma sólida formação geral, baseada no saber dominante existente, não seria o que de melhor a escola teria a oferecer às camadas populares. Até para que estas criticassem esse saber e o superassem. Como ultrapassá-lo, sem passar por ele?

Sendo assim, a interação da escola com as condições de vida das camadas populares deveria ser entendida como formas de, levando em conta suas necessidades objetivas, garantir a essas camadas não só o acesso, como a permanência no sistema de ensino. Isso permitiria que uma escola de conteúdo e qualidade novos fosse sendo construída, com as camadas populares dentro dela e não excluídas, como até agora têm sido.

## BIBLIOGRAFIA

Refiro-me, neste artigo, às idéias expostas por vários autores em diferentes obras, dentre os quais se poderiam destacar:

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, Presença, 1974.

BAUDELLOT, Christian & ESTABLET, Roger. *La Escuela Capitalista en Francia*. México, Siglo XXI, 1975.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.

DANGEVILLE, Roger. *Crítica da educação e do ensino*; textos de Karl Marx e Friederich Engels. Lisboa, Moraes, 1978.